



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 28ª
(VIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 16 DE ABRIL DE 2008.

49
73

122 *laudo*

Publicação contida no DCI nº 78 de 08/05/08
Servidor *Luiz* Matrícula 1193137



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rogério Ulysses a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 74, de 30/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 28ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que o item nº 20 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 02 de abril foi aprovado em Plenário com a seguinte ementa:

“Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 839/08, de autoria do Deputado Chico Leite, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Resolução nº 8, de 2003, que dispõe sobre a divulgação da execução orçamentária da Câmara Legislativa na internet e dá outras providências’.”

Contudo a ementa e a autoria do referido item nº 20 é na verdade outro, com a seguinte redação:

“Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 839, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que requer a retirada do PL nº 482, de sua autoria’.”

Sendo assim, não havendo ninguém contrário à alteração, solicito ao Setor de Taquigrafia e ao Setor de Ata e Súmula que proceda à retificação, tendo em vista que a Ata Sucinta da 22ª Sessão Ordinária ainda não teve sua publicação no *Diário Oficial da Câmara Legislativa*.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde. Agradeço a presença de quem nos acompanha hoje na galeria, em especial a esse grupo de capoeira que chegou trazendo um pouco de alegria à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tenho certeza de que dos itens que estão em pauta, talvez o de maior relevância seja o item nº 11, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 25, que trata da vinculação do Fundo de Amparo à Cultura – FAC – à Receita Corrente Líquida do Distrito Federal, ampliando em grande parte os investimentos daquele fundo.

Em Brasília, as políticas culturais demandam muito o envolvimento da classe cultural do Distrito Federal. Poucos são os investimentos que partem e são capitaneados pelo Governo ou por outras entidades governamentais. Grande parte das ações culturais promovidas na cidade são oriundas do movimento cultural. É esse movimento cultural que democratiza muitas vezes o acesso de cidades como São Sebastião, por exemplo – onde moro –, a atividades culturais. É difícil para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Estado estar presente; a onipresença é um atributo divino e não um atributo do Estado.

É fundamental que por meio do Fundo de Amparo à Cultura, aumentando esses recursos por meio dessa Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, aquelas pessoas que promovem a cultura no Distrito Federal tenham acesso democratizado ao FAC, tenham mais condições de ter acesso a esses recursos.

Grande parte das pessoas que tentam entrar na Secretaria como ente-agente, que fazem o pedido de acesso aos recursos do FAC muitas vezes têm dificuldade até pela restrição de recursos que existem nesse fundo. Seja pela burocracia instituída para que o ente-agente, assim chamado, tenha acesso ao recurso do FAC, seja pelos poucos recursos que estão destinados àquele fundo.

Então, hoje, se tivermos a oportunidade de apreciar o item nº 11 e aprová-lo em segundo turno, começaremos a virar um pouco dessa página, começaremos a dar oportunidades para que esses promotores de cultura tenham possibilidade de fomentar o movimento cultural no Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, eu gostaria de acrescentar às palavras de V.Exa. que temos trabalhado na colocação do Fundo de Apoio à Cultura em pauta já há bastante tempo. Conseguimos fazê-lo e conseguimos ainda, na semana passada, Sr. Presidente, o compromisso de que fosse apreciado hoje. Entra na pauta nesta sessão por causa do Interstício, por se tratar de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

alteração à Lei Orgânica do Distrito Federal, que precisa daquele prazo de dez sessões.

Então, ao entrar em pauta hoje, nós apenas queremos seja cumprida a outra parte da solicitação feita há dez sessões: a de que invertêssemos a pauta, para que esse fundo fosse apreciado logo no início. Sabemos que a matéria pede *quorum* qualificado. Desse modo, assim que houver 16 Parlamentares presentes, que possamos pôr a matéria em apreciação.

Até porque já temos aqui a presença do Secretário Adjunto, Sr. Beto Sales, de todos os Subsecretários e das lideranças culturais, que, a partir de agora, começam a esboçar seus planos. Pois outro grande trabalho virá e dependerá das comunidades, Deputado Rogério Ulysses, do Governo e desta Casa, apenas como "olheira": vai ser a regulamentação.

Outra vantagem do FAC é que, para entrar em exercício, não precisa do ano seguinte: é imediato! Como é imediato, então urge... Vamos dizer o seguinte: os grupos culturais "estão todos na UTI"! E estão ansiosos pela regulamentação desse fundo.

Então, esperamos que V.Exa. possa se comprometer conosco de que, assim que houver os 16 Deputados presentes – e nós vamos começar a telefonar e a falar com os que estão em seus gabinetes para virem para cá –, possamos apreciar essa matéria. Dessa forma, nós ficaríamos muito contentes, e estaria também cumprido o acordo feito há 10 dias, com essa Inversão da pauta Inclusive.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rogério Ulysses – e fazemos ainda, neste momento, uma deferência à Deputada Eurides Brito e à comunidade que está aqui, que representa a Cultura de Brasília –, esta Presidência informa que não há dificuldade alguma de nossa parte em manter esse acordo.

Até porque já constatamos aqui com a Assessoria que esse projeto está em pauta e pode ser apreciado hoje em segundo turno, bem como ter apreciada ainda sua redação final.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Eu agradeço o aparte da Deputada Eurides Brito, parabenizando-a por estar à frente desse processo.

Eu gostaria de pedir só um pouco mais de tempo, Sr. Presidente, para tratar de um assunto que foge um pouco, talvez, da rotina aqui da Câmara Legislativa e daquilo que me propondo a fazer enquanto Parlamentar.

Mas eu quero registrar desta tribuna, oficialmente – até porque eu vou enviar as notas taquigráficas e, se possível, quero ter acesso às imagens da *TV Distrital* –, um fato que me chamou atenção, em especial um programa novo, que começou este ano na *TV Bandeirantes*. É um programa nacional, que tem o nome de CQC: Custe o que custar.

O CQC é um programa no qual jornalistas têm feito uma série de ações, Deputado Paulo Tadeu, que de certa forma nos chamaram atenção. Em especial um quadro do programa intitulado “Proteste já!” Os jornalistas vão até um local para levantar um problema da sociedade e cobram os direitos do cidadão diretamente do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

agente público responsável por aquela questão. E já estão começando a obter resultados!

Chamou-me ainda atenção o fato de esses jornalistas terem vindo a Brasília para fazer uma matéria no Congresso Nacional. Muitas vezes, Brasília acaba sendo confundida com a rotina do Congresso Nacional, mas seu povo não tem culpa se algumas das coisas que ocorrem naquelas Casas legislativas de certa forma não estão de acordo com aquilo que a população do Brasil gostaria que ocorresse.

Eu quero repudiar o fato de a equipe do programa CQC – Custe o que custar – não ter tido acesso ao Congresso Nacional. Eles foram expulsos, de maneira arbitrária, injusta e antidemocrática! Ainda existe neste País a liberdade de imprensa. Assim, quero repudiar a atitude do Congresso Nacional ao proibir que a equipe do programa Custe o que custar tivesse acesso àquelas Casas.

Eu acho que os políticos, tanto da Câmara Legislativa como do Congresso Nacional, enfim, os representantes do povo, eles têm que estar abertos para receber inclusive críticas de programas que muitas vezes se propõem a mostrar o outro lado da política.

Assim, eu quero parabenizar esse programa e, desta tribuna, dizer que fiquei indignado com a atitude do Congresso Nacional de proibir a entrada de um programa de televisão em suas dependências!

Espero que na Câmara Legislativa isso nunca ocorra! Aqui nós temos uma relação de respeito com a imprensa. E espero que isso seja copiado e sirva de exemplo para o Congresso Nacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, público que está na galeria do plenário lutando por seus direitos, imprensa, telespectadores da *TV Distrital*, eu venho nesta tarde a esta tribuna para comentar os últimos episódios ocorridos na Universidade de Brasília.

Já tinha vindo a esta tribuna antes para pedir a saída do Sr. Timothy da reitoria da Universidade de Brasília, saída essa que se concretizou no final da semana passada.

Quero aqui dizer que a ocupação da reitoria da Universidade de Brasília pelos estudantes, ocupação essa que continua, é positiva! Não é negativa essa ocupação. Ver estudante lutando por ética em uma universidade pública é algo positivo! Não é algo negativo. Não é algo para se criticar, é algo para se elogiar!

Este País está deste jeito porque as pessoas são muito passivas, porque as pessoas não se rebelam, não lutam contra aqueles que desviam dinheiro público e agridem o patrimônio público. E ver estudantes lutando por ética na Universidade de Brasília, isso para mim é positivo!

Falei e repeti várias vezes, inclusive na própria Universidade, já que lá estive em diversas ocasiões com os estudantes, que o movimento deles terá o meu apoio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

até o momento em que haja a depredação do patrimônio público. Caso isso ocorra, o movimento perderá o meu apoio. Porque seria um assalto a eles mesmos! Aquele patrimônio é de todos, inclusive deles mesmos. Então, enquanto não houver a depredação do patrimônio público e permanecer pacífico esse movimento, eles terão o meu apoio.

Fui estudante da UnB, fui presidente de um CA, Vice-Presidente do Diretório Central dos Estudantes, militei no movimento estudantil naquela Universidade e nela concluí meu primeiro curso superior. É muito triste esse caso do apartamento funcional do reitor da UnB, que, aliás, não precisava ter apartamento funcional! Ele já mora em Brasília! Já reside em Brasília! Não precisava ter um apartamento funcional!

Já é um absurdo o reitor e alguns decanos terem apartamentos funcionais! Agora, além disso, colocar um mobiliário que custa o que custou...! Isso é um deboche com o contribuinte, um desrespeito ao contribuinte, um desperdício de dinheiro público! Mil reais em uma lixeira? Isso é uma brincadeira! É jogar o nome de uma instituição na lama!

Eu penso que o Ministério Público tem de investigar com agilidade e com rigor essa questão! Porque isto não é o que espero, é o que a sociedade e os contribuintes honestos esperam: agilidade e rigor na apuração desses fatos.

Essas fundações, elas são uma caixa-preta. Por que até hoje não foram abertas as contas dessas fundações na Internet? Por que se não pode fazer isso? Por que até hoje as contas das fundações não estão abertas na Internet com as receitas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

e as despesas discriminadas? Se elas recebem dinheiro público, essas contas deveriam estar abertas. Essas fundações são caixas-pretas. Suas contas tinham de estar abertas na Internet com as receitas e as despesas discriminadas e, em cada saída de caixa, deveria constar o CNPJ e o CPF do beneficiário. Tudo discriminado, direitinho.

Sou autor de um projeto nesta Câmara Legislativa que obriga o Governo do Distrito Federal a publicar suas contas na internet, com as receitas e as despesas discriminadas e com a exigência de um CPF e de um CNPJ para toda a saída de caixa.

Teremos um país diferente no dia em que o cidadão puder entrar na Internet e saber por quanto o governo comprou cada Tylenol, cada remédio. O cidadão poderia cumprir sua função de fiscalizar o próprio governo, ir à farmácia e dizer que, como na farmácia o remédio custa tanto e o governo comprou por tanto, o governo comprou bem ou então dizer que o governo não comprou bem. Cidadania não é só votar. O governo deveria incentivar esse tipo de fiscalização.

Eu gostaria que esta Casa aprovasse esse projeto, porque daria transparência aos gastos públicos e facilitaria ao próprio cidadão a fiscalização das contas e das compras do governo.

Com relação à Universidade de Brasília, eu espero que o final dessa história seja algo que não macule a imagem de uma instituição, que é muito maior do que os seus ocupantes. Agora, a Universidade de Brasília não pode ter seu nome envolvido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

em corrupção. Isso para mim é muito sério e tem de ser apurado, dando-se também aos acusados o direito de defesa, pois isso também é importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 74, de 30/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 28ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Eu gostaria de fazer uma saudação aos populares, especialmente aos companheiros e companheiras da área de cultura que estão aqui hoje para prestigiar esta Casa na votação do PELO em segundo turno. Parabenizo a Deputada Eurides Brito, o Deputado Cabo Patrício e o Deputado Leonardo Prudente, que têm trabalhado na Frente Parlamentar Pró-Cultura e têm organizado todas as ações neste sentido.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a notícia auspiciosa é que falta apenas um Deputado para completarmos 16. Acredito que a Deputada Erika Kokay vai dar esse *quorum*, porque S.Exa. já está se deslocando para cá.

Sr. Presidente, também aproveito para informar que fizemos contato com a Secretaria de Cultura ontem, como é de conhecimento de V.Exa., e consultamos o Presidente da Casa, Deputado Alírio Neto, sobre a possibilidade de ser aceita a proposição da Secretaria de Cultura, que é de fazermos, na próxima semana, na Sala Martins Penna, no Teatro Nacional, a promulgação da lei que altera a Lei Orgânica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

do Distrito Federal. Já tivemos a adesão total de V.Exa. e do Deputado Cabo Patrício. Espero que tenhamos também a adesão do Deputado Leonardo Prudente. O Presidente Deputado Alírio Neto já concordou com isso, e já poderemos trabalhar para que todos saibam que, em breve, essa lei estará promulgada e entrará em vigor. Depois começaremos a implementar outras propostas que a Frente Parlamentar tem para este ano. Vamos agora em busca desse voto. Falta apenas um voto, já há quinze na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – *O.K.*, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na pauta da Ordem do Dia a Moção nº 166. Solicito também que sejam votadas todas as moções que constarem na pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e solicita que, junto com a Assessoria de Plenário, V.Exa. prepare a relação das moções que se encontram na mesa para apreciação e análise do Plenário.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, já temos os 16 votos necessários para a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Eurides Brito, passaremos à votação daqui a pouco.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, várias vezes, tenho vindo à tribuna e aos microfones do Plenário para falar das questões relativas à saúde pública do Distrito Federal.

Hoje, pelo contrário, venho parabenizar o Governo do Distrito Federal, o Governador Arruda e o Sindicato dos Médicos. Depois de uma negociação arrastada, em que tive o prazer de mediar, trabalhando por mais de dois meses, conseguimos chegar a um entendimento nessa semana. É bem verdade que não era o que os médicos queriam, mas aproximou-se do desejado, que era termos uma isonomia com a Polícia Civil. Realmente podemos trabalhar em cima dessa questão. Houve um entendimento. Os médicos da carreira inicial tiveram um percentual de aumento maior, 12%; os intermediários, 11%; e os mais antigos, 7,5%. Somando-se esses aumentos ao que já ganhavam, o salário deles ficou perto do salário da Polícia Civil.

Parabenizo a todos, porque uns cederam de um lado e outros cederam de outro, fazendo com que chegássemos a um grande entendimento. Parabéns a todos que participaram. Volto a frisar os meus parabéns ao Governador Arruda, ao Dr. César Galvão, Presidente do Sindicato dos Médicos, e ao Dr. Gutemberg, Vice-Presidente, pela vitória conseguida pelos médicos do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Dr. Charles, conforme acordo de líderes, encerraremos as intervenções dos líderes e parlamentares depois da intervenção da Deputada Luzia de Paula. Logo após a intervenção da Deputada Luzia de Paula, faremos a votação do projeto da cultura.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votaremos o projeto da cultura e o PL nº 771, ambos em segundo turno. Depois ouviremos as opiniões dos técnicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sr. Deputado, votaremos também as moções em bloco.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, depois da votação das moções, ouviremos a explanação dos técnicos do Governo que estão presentes a respeito de outros projeto que constam na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência fechará o calendário desta tarde, para ficar claro para todos nós: encerraremos as intervenções dos líderes e dos parlamentares depois da intervenção da Deputada Luzia de Paula. Quando a Deputada Luzia de Paula terminar sua intervenção, iremos direto para a votação de três matérias: o projeto da cultura, o Projeto de Lei nº 771 e as moções,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

que serão votadas em bloco. Terminada a votação das moções, encerraremos a sessão e iremos a uma reunião de todos os parlamentares com os técnicos do Governo a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 52, que é muito polêmico.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, existe um acordo com o Líder do Governo para a votação do projeto do fundo da cultura e do PL nº 771, ambos em segundo turno.

Peço também a V.Exa. que o item nº 22, requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores sobre audiência pública relativa à política habitacional, também seja apreciado. Até porque o Governo lançará nos próximos dias a política habitacional do GDF e nós precisamos fazer essa discussão aqui no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Qual item?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Item nº 22 da pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Cabo Patrício, as moções e requerimentos, caso haja acordo entre os líderes e não haja nenhum questionamento, serão votadas em bloco.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Hoje de manhã, ainda quando fazíamos a audiência do aniversário do Belrute e discutíamos toda a questão da política pública, fomos avisados de que havia uma operação da TERRACAP com o SIVSOLO, no Setor Mangueiral, em São Sebastião, nitidamente um setor de produção rural, com homens e mulheres do campo, na qual se devastou e destruiu tudo.

Pasmem V.Exas. que, há quinze dias, tivemos audiência com o Presidente da TERRACAP, Sr. Antônio Gomes, e com a Diretora Ivelise, e eles, reconhecendo que se tratava de uma área trabalhada inclusive com insumos da Secretaria da Agricultura e parte de um programa para assentar o homem e a mulher no campo, comprometeram-se a discutir a situação específica daquele setor Mangueiral.

Pois acredite, Sr. Presidente, que, por ordem não se sabe de quem – porque conversei com o Presidente e a Diretora, e eles disseram que houve uma violação à determinação deles —, a área foi inteiramente destruída, em desrespeito às políticas públicas, àquela orientação da TERRACAP, ao entendimento com os trabalhadores e, pior, ao ser humano e a quem quer, efetivamente, assentar o trabalhador e a trabalhadora na terra.

Fiz essa ponderação ao Deputado Leonardo Prudente e oficiarei expediente oficial ao Governo do Distrito Federal. Não é possível que a ação de uma paraestatal seja do desconhecimento do seu Presidente e da Diretora da área. Que governo é este?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Então, quero fazer um registro e um protesto, em nome do Líder Juvercino. Peço ao Deputado Rogério Ulysses, que é da base do Governo e um Parlamentar sensível, que nos ajude nessas providências, para que possamos resgatar a justiça.

Devemos, também, evidentemente, votar em segundo turno, depois do interstício de dez dias, o Fundo da Cultura, mas sempre observando que estamos votando o mínimo. Precisamos que o Governo passe – e muito – disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Luzia de Paula, solicito a sua compreensão, pois o Deputado Benício Tavares também quer fazer um registro.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Luzia de Paula, peço desculpas a V.Exa.; serei breve. Quero apenas informar a esta Casa e às senhoras e aos senhores Deputados que Brasília sediará a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no período de 1º a 4 de dezembro deste ano. Havia uma disputa entre Brasília e Uberlândia, mas decidiu-se por Brasília. Os nossos agradecimentos ao CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que referendou a cidade de Brasília para este importante evento. Era isso o que eu tinha a falar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula, que foi muito compreensiva com todos nós.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, graças a Deus, a paciência e a compreensão são algumas das minhas virtudes. Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores servidores, senhores da galeria, minhas saudações. Quero dizer que estamos juntos nesta luta.

Nesta tarde, estou aqui para agradecer a grandeza do evento do qual tivemos a oportunidade de participar hoje em Cellândia, a cidade onde moro. Participamos de um verdadeiro exercício de democracia. Vimos que os esforços de vários governos fizeram com que Cellândia pudesse receber uma das maiores obras do Distrito Federal, que são as obras do metrô. Isso apenas foi possível porque muitos governantes se uniram, desde o nosso ex-governador Roriz até o nosso hoje desbravador José Roberto Arruda, que tem transformado aquela cidade em uma verdadeira cidade.

Para muitos, talvez não signifique tanto quanto significa para mim aquela obra inaugurada hoje naquela festa maravilhosa, uma festa de que o povo participou com a galhardia de quem realmente sabe receber o que reconhecem ser muito importante para o dia-a-dia.

Recebemos a oportunidade de, no dia 21, o povo daquela cidade vir ao Plano Piloto participar das festas de aniversário de Brasília, algo muitas vezes impossível porque aquele povo, na sua maioria, não tem dinheiro para pagar uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

passagem. Dia 21, poderão estar aqui e comemorar o aniversário de Brasília. Ceilândia também faz parte dessa cidade porque a maioria daquele povo construiu o Distrito Federal, construiu a nossa Capital.

Sr. Presidente, hoje foi mostrada na Ceilândia a maneira moderna e correta de se fazer política, deixando de lado as ideologias e somando em benefício do povo.

Fiquei muito feliz ao ouvir as palavras do nosso Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva: quem não se une na política e resolve apenas carregar bandeiras não soma com o povo e não ajuda o povo – não foram essas as palavras, mas foi o que S.Exa. quis dizer.

Portanto, agradeço ao Governador Arruda e a todos aqueles que somaram para nos dar aquele grande presente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradeço à Deputada Luzia de Paula.

Durante a Intervenção da Deputada Luzia de Paula, o plenário ficou agitado porque realmente S.Exa. foi sincera e verdadeira, por ser da comunidade de Ceilândia, mas solicito aos assessores e Parlamentares que se mantenham em silêncio.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer justiça, eu gostaria de dizer que foi aprovado um projeto que virou a Lei nº 3.965, de 27 de fevereiro de 2007, de autoria do Deputado Chico Leite, que dispõe sobre a divulgação de dados, informações e demonstrativos relativos à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Distrito Federal. Essa lei foi aprovada no início do ano passado, mas até agora o Governo do Distrito Federal não a está cumprindo.

Portanto, solicito que o Governo cumpra essa lei, porque é um direito da população saber como o Governo está gastando cada centavo do dinheiro de todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 74, de 30/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 28ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na pauta a Moção nº 167 e mais um projeto de cada Deputado. Os que ainda não apresentaram nenhum poderão apresentar dois projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato as solicitações de V.Exa. e solicito aos Parlamentares que encaminhem esses projetos à assessoria de Plenário para que sejam organizados e para que possamos apreciá-los a partir de amanhã.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 25, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "acrescenta o § 4º e § 5º ao art. 246 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Essa Proposta de Emenda à Lei Orgânica, de autoria do Poder Executivo, trata do Fundo de Amparo à Cultura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da bancada do Partido dos Trabalhadores é pela aprovação do projeto, haja vista tratar-se de um avanço para a cultura e, principalmente, para as pessoas (Inaudível).

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, encaminho pelo voto "sim".

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo Bloco Parlamentar Independente, encaminhamos pelo voto "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 25/07
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
 PROJETO DE LEI Nº(S)
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
 RECURSO Nº (S)
 REQUERIMENTO Nº (S)
 OUTROS

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÓNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	19			5	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 16/04/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata aprovação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 25, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “acrescenta o § 4º e § 5º ao art. 246 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Agradeço a presença de todos. A pressão que vocês fizeram foi importante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

para a aprovação desta matéria.

Está aprovado o projeto que cria a possibilidade de uma nova política pública para a cultura do Distrito Federal.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, Presidente em exercício, aproveito a presença da liderança da área cultural que está aqui acompanhando a sessão junto a todos os Parlamentares. Sabemos que a emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal é promulgada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, não é sancionada. Então, faço um convite a todo o segmento cultural e a todos os Parlamentares para que, em uma data marcada junto com o segmento cultural de Brasília, essa emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal seja promulgada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. A Deputada Eurides Brito e o Deputado Paulo Tadeu já conversaram conosco e o que falta agora é divulgar a data e convidar os Parlamentares e o segmento cultural de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Alírio Neto, fará um ato de promulgação desta emenda que acabamos de aprovar.

Esse ato será realizado em um espaço cultural. Portanto, iremos convidar todos os militantes da cultura do Distrito Federal para promulgarmos a Emenda à Lei Orgânica. Queremos, de antemão, convidar todos os presentes para o ato de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

promulgação desta emenda que foi aprovada hoje. Divulgaremos a data e o local em breve. Esse trabalho está sendo coordenado pelo Presidente Alírio Neto e pela Frente Parlamentar Pró-Cultura.

Muito obrigado a todos vocês.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inversão da pauta para que o Item n.º 7 seja apreciado ainda hoje com prioridade, em primeiro turno.

Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 43, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Fundo Distrital de Sanidade Animal e dá outras providências".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 771, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder a exploração de serviço público que especifica e dá outras providências".

Este projeto recebeu uma emenda de 2º turno.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Sociais ao substitutivo do Projeto de Lei nº 771, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder a exploração de serviço público que especifica e dá outras providências".

O substitutivo diz o seguinte:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato de parceria público-privada com o objetivo de conceder, mediante licitação e contrato específico, a exploração do serviço público precedida de execução de obra pública, visando à construção do novo Terminal Rodoviário de Brasília com a respectiva administração, manutenção e exploração comercial.

Parágrafo único. A licitação de que trata o *caput* deste artigo observará, como critério de julgamento das propostas, o menor valor de tarifa para os serviços de embarque e estacionamento, e a menor contraprestação da administração pública.

Art. 2º O prazo da parceria será de trinta anos, podendo ser prorrogada nos termos e nas condições constantes no respectivo edital de licitação, os quais serão incorporados ao contrato específico.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário".

Na justificativa, a bancada do Partido dos Trabalhadores diz que o substitutivo tem por objetivo adequar a redação original ao arcabouço jurídico administrativo existente que não prevê a contrapartida do Poder Público na delegação de serviços públicos por meio de concessão e permissão. O caso requer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

que se firme contrato de parceria público-privada para a concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela rejeição do substitutivo ao Projeto de Lei nº 771, de 2008.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 3 votos contrários.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 771, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder a exploração de serviço público que especifica e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela rejeição do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Informo aos Srs. Parlamentares que a votação deste projeto é em caráter terminativo. Portanto, a decisão do Plenário poderá encerrar a discussão agora ou dar continuidade a ela.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao substitutivo está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 3 votos contrários dos Deputados Cabo Patrício, Erika Kokay e Paulo Tadeu.

Em razão do caráter terminativo, a matéria foi rejeitada. Portanto, não terá prosseguimento nas demais Comissões.

Em discussão o projeto em segundo turno.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o substitutivo apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores visa melhorar o projeto, uma vez que assegura a parceria público-privada, já que a legislação proíbe a concessão por parte do Governo, do Estado, a qualquer tipo de atividade privada, como prevê o projeto.

Os técnicos e a Secretaria de Obras estabeleceram que a empresa que ganhar a licitação, além de ter o direito de administrar todo o empreendimento com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

taxas, tarifas e cobranças por trinta anos, renovados por igual período, ainda ganha um terreno ao lado no valor de R\$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais.)

É bom que fique claro que é necessário prezarmos pelo dinheiro do contribuinte. Esse projeto vai na contramão do que estabelece o Governo Federal, que prevê o menor preço para o contribuinte e usuário do transporte público. Hoje, se o usuário na Rodoferroviária paga R\$ 0,33 (trinta e três centavos) pelos serviços, pagará R\$ 2,00 (dois reais), o que dá um acréscimo de mais de 600%.

Deputado Paulo Tadeu, em uma distância de 250 quilômetros esse usuário pagará, ao invés de R\$ 0,33 (trinta e três centavos), mais de R\$ 3.00 (três reais). Isso corresponde a mais de 970% de reajuste. É um assalto! É lesar o bolso do contribuinte. É ir de encontro ao cidadão.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores é contra o parecer. Queremos uma rodoviária de qualidade, que atenda aos cidadãos. Mas isso deve ocorrer sem lesar os contribuintes.

Na época do Governo Fernando Henrique Cardoso construiu-se a rodovia Régis Bittencourt. Hoje, o pedágio nessa rodovia custa R\$7,00 (sete reais). Na rodovia Fernão Dias, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva estipulou pedágio de R\$0,99 (noventa e nove centavos). Olha a diferença de noventa e nove centavos para sete reais! A diminuição dessa taxa é que beneficia o cidadão, o contribuinte, diferentemente do que apregoou o Governador José Roberto Arruda durante as eleições e diferentemente do que está fazendo agora ao implementar o Estado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

mínimo. O Estado não deve visar ao lucro, mas atender aos cidadãos com serviços de qualidade.

A bancada do Partido dos Trabalhadores votará contra o projeto em respeito ao cidadão do Distrito Federal, para que não se assalte, mais uma vez, o contribuinte, que paga impostos e tem a maior carga tributária do País – inclusive os contribuintes do Distrito Federal.

Assim, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota contrariamente ao projeto e favoravelmente ao contribuinte do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, votarei favoravelmente a este projeto do Governo.

Em muitos casos compartilho com as idéias do Partido dos Trabalhadores, mas não neste.

Sou contra terceirizar a saúde pública, pois pode dar espaço a pessoas que, muitas vezes, não possuem a qualificação técnica exigida em um concurso público. Agora, este projeto que trata da terceirização da rodoviária é positivo para a população do Distrito Federal.

Atualmente a rodoferroviária do Distrito Federal apresenta um resultado operacional negativo de cerca de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais),



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

pois possui uma despesa de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) mensais e uma receita de apenas R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais. Portanto, são R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) mensais que poderiam estar sendo investidos em saúde e educação públicas, no atendimento às pessoas que procuram os prontos-socorros de hospitais públicos, na compra de remédios ou na melhoria da qualidade da escola pública no Distrito Federal. Esse saldo negativo representa o dinheiro do contribuinte enterrado na rodoferroviária todo mês.

Votarei "sim" pois acredito que esse é um bom projeto. Voto "sim" nos bons projetos do Governo e "não" nos que acredito não serem bons.

O terreno não passa para o empresário, que dele não se tornará dono. Há apenas uma concessão que, se não cumprir o contrato a contento, pode ser cassada. A licitação regulará a terceirização, garantindo a isonomia, a igualdade na disputa. E o contribuinte ainda terá R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) poupados por mês, que poderão ser gastos em educação e saúde, áreas em que deve ser investido o dinheiro público.

Portanto, votarei favoravelmente a este projeto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Portanto, dou-me por contemplado e dispenso o uso da palavra para discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Muito bem, Deputado Leonardo Prudente.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se adentrarmos a lógica cartesiana matemática, Deputado Batista das Cooperativas, não chegaremos aos números do Deputado Reguffe.

É ilusório acreditar que o Estado terá uma economia de R\$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), déficit que ele tem para a reforma da rodoviária do Distrito Federal hoje. E digo o porquê. A empresa que está construindo a rodoviária está ganhando um terreno ao lado do lote da rodoviária no valor de 47,6 milhões de reais; a empresa irá gastar para construir a rodoviária 46,6 milhões de reais. Portanto, só nesta operação, a empresa, antes de começar a trabalhar, estará lucrando dos cofres públicos R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Essas são verbas que poderiam ir para a Saúde, para a Educação, para a assistência social, enfim, para políticas fundamentais ao desenvolvimento da condição humana. A empresa vai ganhar um lote no valor de R\$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) e gastará R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) a menos para construir a rodoviária. Portanto, já lucra para construir a rodoviária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Há uma ilusão ao se acreditar que isso será bom para a população de baixa renda, que, via de regra, será a maior usuária da rodoviária – os usuários desta rodoviária não são os que dispõem de avião ou os que dispõem dos seus próprios carros. A previsão é de que todos os serviços, inclusive os que não são cobrados hoje, sejam cobrados. Essa empresa ganhará R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para construir uma rodoviária e terá o direito, por três décadas, de explorar os serviços.

O Deputado Reguffe sabe mais do que eu que o Estado não tem fiscalizado os preços das instituições dos serviços públicos terceirizados. Por muito tempo ele não fiscalizou o preço das passagens de ônibus, utilizando esse instrumento de barganha para firmar os seus acordos eleitorais pontuais; não fiscaliza os preços dos serviços das funerárias ou dos cemitérios, que são serviços públicos imprescindíveis para a população. Nós temos uma experiência que aponta que quando esse serviço é vergado pelo lucro, quem paga é o contribuinte, é o usuário de baixa renda. A Saúde e a Educação continuam exatamente na mesma penúria, e não é por falta de investimento, pois os maiores investimentos do País são para a Educação e para a Saúde. Mas há falta de gestão e compromisso com o que é público por parte do Governo.

Sr. Presidente, dessa forma, darei para a iniciativa privada R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), porque o valor do terreno é mais alto do que o valor que a empresa irá despendar para a construção do complexo rodoviário. E o Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

possibilitará que esta empresa explore os serviços à custa dos usuários da rodoviária, que, via de regra, são os de baixa e média renda. Eu me pergunto: por que o Governo não constrói a sua própria rodoviária com os recursos de uma licitação do terreno que será doado para a empresa? A partir daí poderia ser feita a discussão sobre perspectiva e a possibilidade de terceirização, com o controle rígido dos preços que ali serão cobrados.

O que estamos vendo é a mesma discussão recorrente no Governo Fernando Henrique Cardoso sobre a necessidade de terceirizar tudo o que não fosse essencial, para produzir recursos para o que é essencial: saúde e educação. Essas áreas, sob essa lógica, no Governo Fernando Henrique Cardoso, não foram priorizadas, pois não é priorizado o que é público, o que é fundamental para a construção de um povo cidadão. O Governador Arruda, ventríloquo que é, continua com a mesma discussão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por isso eu digo que não há lógica matemática, política ou social que justifique a concordância da bancada do Partido dos Trabalhadores com esse projeto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a leitura do art. 87 da Lei Orgânica do Distrito Federal para a nobre Deputada Erika Kokay:

“Art. 87... que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades das administrações direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou quem, em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

Portanto, a Lei Orgânica esclarece as dúvidas que a Deputada Erika Kokay tem em relação à aplicação dos recursos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 771/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	-			X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	-	X			
	CHICO LEITE	PT	-			X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-	X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	-	X			
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	-			X	
	RONEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	18	03		03	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 16/04/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 771, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder a exploração de serviço público que especifica e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Passaremos à apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 18:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 829, de 2008, de autoria do Deputado Chico Leite, que "requer a retirada do Projeto de Resolução nº 8, de 2003, que dispõe sobre a divulgação da execução orçamentária da Câmara Legislativa na Internet e dá outras providências".

Item nº 19:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 869, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "requer à Mesa Diretora que seja retirado de tramitação o PL nº 2.418, de 2006".

Item nº 20:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 872, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "requer a realização de audiência pública para debater a situação das bibliotecas e profissional bibliotecário do Distrito Federal".

Item nº 21:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 890, de 2008, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "requer a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs. 276/2003, 456/2003, 1.607/2004, 1.637/2004, 2.159/2005, 2.373/2006, 2.522/2006, 119/2007, 127/2007, 391/2007 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 151/2003, de autoria do requerente".

Item nº 22:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 894, de 2008, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que "requer a realização de audiência pública no mês de abril do corrente ano para debater a política habitacional do Governo do Distrito Federal destinada aos servidores públicos de âmbito local e federal".

Item nº 23:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 160, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "parabeniza o Riacho Fundo II pelo seu décimo terceiro aniversário".

Item nº 24:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 161, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "parabeniza os integrantes das direções; os professores e demais servidores da área educacional; e os alunos das Escolas Públicas Centro de Ensino Médio nº 1 (Colégio do GMA-CG); Centro Educacional nº 06 e Centro Educacional nº 05, da cidade do Gama, pelo desempenho obtido nas provas do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, no ano de 2007".

Item nº 25:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 162, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à educação do Distrito Federal as pessoas que menciona".

Item nº 26:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 163, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Gama as pessoas que menciona".

Item nº 27:

Apreciação, em turno único, da Mensagem nº 73, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.826, de 2005".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 167, de 2008, de autoria dos Deputados Milton Barbosa e Alírio Neto, que "manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 166, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Santa Marla, as pessoas que menciona".

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Sr. Presidente, embora eu saiba que haja um acordo de Líderes para votação em bloco dos itens mencionados, eu gostaria de pedir destaque do item nº 22, referente ao Requerimento nº 894, de 2008, para que ele seja apreciado em separado. Digo à bancada do Partido dos Trabalhadores que eu gostaria de fazer parte deste requerimento e que o votássemos em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de ordem de V.Exa. Portanto, o Item nº 22 está destacado.

Em discussão, em turno único, os requerimentos e as moções ora lidos pelo Secretário. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções estão aprovados com a presença de 21 Deputados.

As matérias seguem a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Quanto ao item nº 22, o Deputado Batista das Cooperativas fez uma solicitação para a votação em separado desse item, pedindo apenas que S.Exa. subscrevesse o requerimento.

Há consenso? (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Há consenso por parte da bancada do Partido dos Trabalhadores. O Deputado Batista das Cooperativas passa também a ser requerente da referida audiência pública.

Lembro aos Deputados que, quando da aprovação dos requerimentos e das moções, também foi apreciada e votada, em turno único, a Mensagem nº 73, de 2007, item nº 27 da Ordem do Dia.

Item nº 22:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 894, de 2008, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que "requer a realização de audiência pública no mês de abril do corrente ano para debater a política habitacional do Governo do Distrito Federal destinada aos servidores públicos de âmbito local e federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Acrescentando também o Deputado Batista das Cooperativas como proponente dessa audiência pública.

Diante do acordo de Líderes, faremos uma reunião no cafezinho. Solicito a todos os Parlamentares que apresentem um projeto à Assessoria de Plenário para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

que, amanhã, além das matérias do Executivo, apreciemos as matérias e projetos dos Deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O pedido de V.Exa. está deferido para apreciação amanhã no plenário. Amanhã iremos votar as matérias de todos os Parlamentares. Ficou acordado com o Líder do Governo que as demais matérias do Poder Executivo ficarão para amanhã.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando, a *contrario sensu*, o art. 201, § 2º, do Regimento Interno, que dispõe: “quem elaborar a redação do vencido e a redação final poderá, independentemente de emenda, efetuar as correções de linguagem e eliminar os absurdos manifestos e as incoerências evidentes, desde que não fique alterado o sentido da proposição, relatando-se o fato ao Plenário”.

Considerando, também, o art. 205, que dispõe: “quando, após a aprovação da redação final, verificar-se inexatidão do texto, a Mesa Diretora procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário e, não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, ou havendo, será a correção submetida à deliberação do Plenário”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Considerando, ainda, que a redação final do Projeto de Lei Complementar nº 56, de 2007, que "dispõe sobre a criação do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS, institui o Conselho Gestor do FUNDHIS e dá outras providências", publicada no *Diário Oficial da Câmara Legislativa* na data de hoje, contém incorreções e incoerências.

Pergunta-se:

É regimentalmente admissível que se determine a correção da redação final do referido Projeto de Lei pela douta Comissão de Constituição e Justiça, sem que haja necessidade de retorno do PL a este Plenário?

Como Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e autor de sete emendas, verifiquei que há erro manifesto na redação final do PL 56/2007, além de incoerências que, em minha modesta opinião, poderiam ter sido corrigidas pelos redatores, sem necessidade de se apresentar emendas. São eles:

Relativos aos artigos 5º e 6º:

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e composto de forma paritária por integrantes de órgãos e entidades do Poder Executivo e por representantes da sociedade civil.

§ 1º A presidência do Conselho Gestor será exercida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, que exercerá voto de qualidade.

§ 2º O Presidente do Conselho Gestor do FUNDHIS exercerá o voto de qualidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2008	15h20min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Pois bem, o Sr. Presidente me orienta a ir à parte final do voto, e eu vou seguir. O nosso entendimento, portanto, é de que a correção deva ser feita pela CCJ, nos termos do art. 201 do Regimento, sem que haja necessidade de retorno da matéria ao Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Milton Barbosa, quero primeiramente parabenizar V.Exa. pela questão de ordem. Ela é procedente e, diante da exposição que V.Exa. acabou de ler neste momento, a decisão desta Presidência é pelo seu acatamento.

Há, portanto, toda uma exposição por escrito; a questão de ordem que V.Exa. faz também é por escrito. Peço à assessoria que anexe tanto a questão de ordem que V.Exa. acabou de ler, boa parte dela no plenário, como o acatamento da questão de ordem, que também está com a sua exposição de motivos elaborada por escrito.

Peço, portanto, que a assessoria anexe no processo tanto a questão de ordem de V.Exa. quanto a exposição de motivos, os quais me fazem acatar a questão de ordem de V.Exa. Parabeno V.Exa. pela questão de ordem, muito bem elaborada, por sinal.

Convido os Parlamentares para a reunião aqui ao lado do plenário, no cafezinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h48min.)